

Na hipótese, também se infere que um conservadorismo em excesso muito poderá prejudicar o bom doutrinador, que, para manter como estão as simplificações existentes, acabará por ignorar os novos fenômenos, para tratá-los apenas com os instrumentos tradicionais, em vez de adaptá-los ou de criar novos, para enfrentar as novas necessidades.

- 3°. A *trans-estatalidade* e a *consensualidade*, também contidas na menção às “*pessoas de interesse coletivo destinatárias de delegações atípicas*”, como novos co-participantes da administração de interesses públicos. vislumbrando o que hoje se designa apropriadamente como o *espaço público*: não mais como um monopólio do Estado, mas *fundamentalmente um espaço societal*, que, este sim, pelos meios democráticos, é que delimita constitucionalmente o espaço público *estatal* (4º parágrafo, pag. xv, *op. cit.*).

A menção, por esse mesmo motivo, às *delegações atípicas*, é que prenuncia e expande o vasto quadro que se tornaria, em nossos dias, o campo em expansão da *administração associada* e, quiçá, o será da *administração globalizada*, uma vez que o “interesse coletivo”, que expressamente é o referido a respeito, já não encontra fronteiras políticas nem geográficas, nem para as delegações atípicas, nem mesmo para a autorregulação estatal.

Assim, em suma, como sucede com os notáveis visionários que, em suas antecipações, contribuíram para mudar a realidade, procurou-se demonstrar que o toque de genialidade da visão de SEABRA FAGUNDES prenunciou e concorreu para a paulatina *reversão da mentalidade autoritária do Direito Administrativo*, herdada ainda do *ancien régime*, de modo a, como se pretendeu marcar como ponto central desta exposição, *situar o homem - enquanto cidadão, e não mais como súdito - como origem e fim da atividade estatal de administração de interesses públicos*.

A sua afirmação de valores, em seu tempo ainda solitária, que outros centros de cultura jurídica, depois tantas vezes repetiriam e disseminariam, prenunciou a democratização do Direito Administrativo e o conseqüente abandono dos restolhos autocráticos que haviam mantido seus renitentes mitos históricos – como o *monopólio estatal da dicção do interesse público*; o de sua *supremacia sobre quaisquer outros interesses*; o da *insindicabilidade da decisão discricionária* e a característica de *imperatividade*, não abrindo à promissora *consensualidade*, que aponta o futuro, nada mais que estritas e toleradas exceções.

Para encerrar, espera-se que em bom tempo, estas apreciações, nunca é demais afirmar que, sobretudo por sua entranhada formação humanista, além de nos haver deixado uma extraordinária obra antecipativa, MIGUEL SEABRA FAGUNDES brindou-nos, a todos, com *outra e inestimável herança*, não divorciada senão que amalgamada à sua obra, tão reiterada e justamente celebrada em seu centésimo aniversário de nascimento, que é a do *exemplo de sua vida: coerente, heróica, criativa e sempre coroada pela modéstia*.

Teresópolis, 2011

ASSUNTOS GERAIS

**DISCURSO PROFERIDO PELA PROCURADORA-GERAL DO
ESTADO NA SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO NOVO
EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA**

25 de abril de 2011

Bom dia. Agradeço a todos pelo comparecimento, nesse momento tão importante para toda a Procuradoria.

Em 2007, quando começou o Governo, nós, os procuradores do Estado, percebemos que o nosso antigo prédio era pequeno e inadequado para o trabalho.

O fato de a Dívida Ativa estar fora do prédio principal, a necessidade premente de arregimentar mais procuradores e organizar o quadro de apoio, bem como o aumento acelerado do número de processos, implicavam, necessariamente, a conquista de maior espaço. Em meados do ano começamos a procurar um local e vimos a dificuldade que tínhamos, inexistindo imóveis do Estado vagos nesta região e muito menos terrenos disponíveis para construção. Acabamos optando por este prédio, encontrado pelo José Schipper, nosso chefe da engenharia, a quem tanto a Procuradoria deve, onde havia andares à venda e alguns vazios. A localização é perfeita, a dois passos do Tribunal de Justiça.

Pedimos ao Governador que declarasse o imóvel de utilidade pública e em 2008 começamos o processo de desapropriação, que não foi trivial. Eram muitos proprietários, mas conseguimos levá-lo com o mínimo de incidentes, graças à dedicação imbatível e ao espírito de luta daqueles que participaram diretamente do processo, e em especial da Adriana de Biase, Procuradora-Chefe da Procuradoria de Patrimônio. Rimos bastante, resmungamos outro tanto, passamos algumas noites sem dormir, mas aqui estamos, com ele reformado, preparado para a utilização por uma Procuradoria. Ao nosso antigo prédio, de felizes memórias, será dada a utilidade nobilíssima de sediar a Secretaria de Educação, primeira prioridade desse segundo mandato do Governador Sérgio Cabral.

Assim, se eu pudesse brindar e não fosse, ainda, apenas nove horas da manhã, eu faria como o meu querido compadre Thiago de Mello e dividiria o brinde em três partes. Ao invés do brinde, vou dividir a minha saudação também em três partes.

A primeira é dirigida ao Governador. Nada disto seria possível sem o apoio decisivo e permanente do Governador. Desde o primeiro momento apoiou o projeto de mudança e acompanhou o andamento da desapropriação e da obra. Apoiou também todo o trabalho de reestruturação do órgão, autorizou a realização de dois concursos para procuradores, com o aumento de 20% no quadro, com mais 57 procuradores. Autorizou também a realização do concurso para o quadro de apoio – talvez a mais importante reivindicação da Procuradoria desde que aqui estou há mais de vinte e cinco anos. No atual Governo, demos posse a cerca de 180 servidores para o quadro de apoio, contando com mais engenheiros, arquitetos, advogados, bibliotecários, técnicos em informática, administradores, contadores, médicos, servidores de nível médio. Além disso, foi idéia do Governador a transformação em lei do decreto (que ele havia assinado) obrigando que os assessores jurídicos chefes das secretarias sejam procuradores. A lei foi fundamental para manter a unidade da orientação jurídica do Estado. Hoje a Procuradoria em exercício na Capital está aqui centralizada, com muito boas condições de trabalho, um ar condicionado excepcional – esse era um grande problema – uma boa biblioteca, este maravilhoso auditório. O Auditório manterá o nome de Luiz Machado Guimarães, excepcional procurador e processualista já falecido há muitos anos. A biblioteca se chama Marcos Juruena Villela Souto e a Sala do Conselho recebe o nome de Hélio Sabóia Ribeiro dos Santos. Todos gostaríamos que os dois aqui estivessem para esta inauguração (o Marquinho não poderia mais reclamar da falta do ar condicionado). Mas infelizmente isto não é possível e a gente faz a homenagem que pode fazer. A inauguração de hoje se deve à confiança do Governador na Casa e eu quero agradecer, com muita alegria, por ter sido dada a mim a oportunidade de levar adiante este projeto. Muitíssimo obrigada!

A segunda saudação, dirijo a todos os servidores da casa, que foram imbatíveis nos processos de desapropriação, licitações, obra e mudança. Houve um engajamento excepcional dos servidores e fizemos tudo com o mínimo de problemas e em um tempo relativamente curto. Não posso citar todos aqueles que se dedicaram, mas não posso deixar de publicamente agradecer à Márcia Trindade, que comandou as licitações, à Patrícia Gullo, arquiteta responsável por tudo, ao Sebastião de Carvalho Barros, incansável na dedicação às licitações e contratos, aos servidores da comissão de mudança e aos da assessoria de serviços que viraram noites e finais de semana, com uma dedicação maravilhosa. Agradeço muito a vocês e a todos os funcionários representados por vocês.

A terceira e última saudação vou dirigir a todos os procuradores. Nós estamos aqui para defender o Estado em juízo e orientar a administração, possibilitando que o Governo coloque em prática as políticas públicas com as quais se comprometeu perante o povo que o elegeu democraticamente. Estamos vivendo um momento excepcional no Rio de Janeiro. As janelas de oportunidades que se abriram são extraordinárias. E quero reafirmar o compromisso de engajamento na luta para que tudo isto resulte em condições de vida melhores para a população. Estamos aqui para defender o direito do Estado do Rio de Janeiro de participar da riqueza do pós e do pré-sal, sabido que cerca de 85% do petróleo que é extraído no Brasil sai do nosso litoral. O Estado do Rio deve participar dessa riqueza para que com ela possamos proteger nosso ambiente, dar escola, saúde, segurança e possibilitar a geração de emprego. Estamos aqui para dar todo o apoio necessário aos projetos estruturantes do Estado, e cito apenas alguns, nas áreas de transportes (Metrô e Arco), habitação (PAC das comunidades), saneamento, Olimpíadas, Copa do Mundo, Comperj, Complexo do Açu.

No processo, que ainda está em curso, de modernização da Procuradoria para chegarmos ao século XXI em matéria de tecnologia da informação – espero que cheguemos lá nos próximos três anos –, preciso registrar o apoio e a dedicação dos meus subprocuradores atuais – Sérgio Pyrrho e Leonardo Espíndola – e dos que deixaram os cargos – Henrique Rocha e Rodrigo Mascarenhas. Sem os quatro, nós não teríamos conseguido chegar até aqui. Muito obrigada a todos os procuradores e, em especial, ao Régis Fichtner, nosso Secretário Chefe da Casa Civil, que acompanha, passo-a-passo, a Procuradoria e ajudou a pensar e realizar todos os nossos projetos. Finalizo dizendo que a Procuradoria vive um excelente momento, bem instalada aqui, em Brasília e em quase todo o interior do Estado. Além de ter como objetivo a informatização total da nossa instituição, espero que possamos trabalhar visando à concretização de um Estado melhor, lutando pela igualdade de direitos, igualdade de oportunidades, igualdade de educação, igualdade de opções sexuais e religiosas e, ainda, procurando preservar tudo o que temos, como disse Giddens, não para salvar o planeta, que cuidará de si, mas para aprimorar um estilo de vida digno para os seres humanos que aqui vivem. Muito Obrigada.

LUCIA LEA GUIMARÃES TAVARES